



Início » Segurança não é prioridade

Artigos ◇ Destaque

## SEGURANÇA NÃO É PRIORIDADE

Escrito por:  Murillo De Aragão | 30 de outubro de 2023 |  Favorito |  A+A-



Enquanto discutimos alguns temas disputados, como reforma tributária e formas de aumentar a arrecadação, sucedem-se episódios graves de insegurança pública no Brasil. Já tratei do assunto quando abordei a questão da proliferação de carros blindados no país.

Porém, devo voltar ao tema por causa da brutal e generalizada incompetência dos poderes públicos e das elites brasileiras em lidar com a questão.

Infelizmente, a política de segurança pública é assunto periférico na agenda nacional.

Como resultado de nossa omissão, há largas áreas do território nacional que não estão sob o controle do governo. Organizações criminosas proliferam em todo o país, e o nosso sistema prisional acaba se transformando em uma verdadeira universidade do crime.

Há uma disputa política sobre como abordar a questão da segurança pública no Brasil. De um lado, uma vilanização das polícias, tratadas como uma espécie de milícia de autodefesa dos mais favorecidos que cometem crimes contra a cidadania. De outro, há os que têm condição de cuidar da própria segurança, seja contratando proteção privada, seja se locomovendo em carros blindados pelas cidades.

No entanto, o que importa é que o cidadão comum — aquele que não conta com segurança particular nem com carro blindado — está exposto a uma

situação diária de insegurança. A vida cotidiana dos que não estão seguros é de incertezas e de grande possibilidade de exposição à violência.

Por exemplo, apenas neste ano mais de 4 000 armas foram apreendidas no Rio de Janeiro com criminosos, entre as quais 500 fuzis, que são armas militares. Tal situação é quase normalizada pela mídia até o momento em que ocorre algo escandaloso.

*Militares – Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil*

O volume de armas apreendidas com criminosos deveria causar indignação, mas é tratado como fato corriqueiro com o qual nós, brasileiros, deveríamos nos habituar. É um grave erro aceitar sem consternação e sem revolta a realidade criminal à qual estamos submetidos.

Obviamente, não existe uma solução fácil para a questão no Brasil. Mas o que se percebe é que há uma espécie de omissão generalizada por parte do governo e da sociedade civil sobre como enfrentar o problema. O que fazer?

O primeiro ponto é reconhecer que o não combate efetivo ao crime — e ao crime organizado — é fator que amplia a desigualdade, travando o crescimento econômico e o desenvolvimento social. O ponto dois é fazer da segurança pública um item preferencial da agenda nacional. O que não é.

Leia mais! O Brasil dos carros blindados

O terceiro ponto é que a segurança pública não deve ser encarada ideologicamente, mas sob o ponto de vista do cidadão que se locomove nas cidades e é alvo da insegurança que hoje permeia o Brasil.

O caminho institucional está dado na Constituição. Vale lembrar o que diz o mandamento constitucional: “Artigo 144: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados”. Desconsiderar a Constituição também é crime.

### **Autor**

## Murillo de Aragão

Murillo de Aragão: Advogado, jornalista, cientista político, professor e presidente da Arko Advice. Mestre e doutor em Ciência Política, membro de várias associações acadêmicas. Ex-membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Palestrante internacional e autor de livros. Colunista na revista Veja. Professor-adjunto na Columbia University.

[View all posts](#) 

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

MURILLO DE ARAGÃO



REGIME TRIBUTÁRIO

SEGURANÇA PÚBLICA

@2024 - O Brazilianista

  
IR PARA O TOPO